Meu objetivo é falar dessa comunicação mais inclusiva. Alguns deputados já protocolaram projetos contra. Destacaram que no português isso é inviável. Gostaria de saber sua explanação como especialista.

Primeiramente, precisamos olhar para este assunto com seriedade, se queremos, realmente, entendê-lo de maneira honesta e não, simplesmente, transformar mais um assunto complexo em mero tema para disputas partidárias e ideológicas, frases de efeito e baixarias sem fim. Nesse sentido, já fui perguntado várias vezes se sou a favor ou contra o gênero neutro, porém, como um linguista, meu papel não é emitir juízo de valor sobre fatos linguísticos, nem escolher um lado, um time para militar, mas sim, analisar, compreender, descrever, estudar, explicar como se processa a comunicação humana, por meio de uma postura científica e é o que venho tentando fazer.

Independente da minha ou de qualquer outra opinião, o fato linguístico, como fato social está e vai continuar acontecendo. Meu papel é tentar compreendê-lo e procurar explicá-lo, principalmente, para a sociedade.

Partimos do ponto em que é possível abordar o tema baseando-se no senso comum da sociedade, que tem suas próprias maneiras de analisar os fatos; ou por uma perspectiva científica, que é a que me orienta e deveria orientar linguistas, professores, estudantes, políticos e qualquer pessoa que queira discutir o assunto com seriedade.

Do ponto de vista dos estudos linguísticos, quando falamos de uma língua, estamos falando de algo que tem, pelo menos, duas dimensões: uma estrutural formada por sons, palavras, frases, que pode ser representada pela fala ou pela escrita, conhecida pelo senso comum como gramática; outra que é a do uso da linguagem para expressar emoções, ideias, propósitos, identidades etc em variadas situações de comunicação, que podemos chamar de discurso. Nesse sentido, como diz a linguista e professora da USP, Margarida Petter[1] *"Como realidade material: organização de sons, palavras, frases - a linguagem é relativamente autônoma; como expressão de emoções, ideias, propósitos, no entanto, ela é orientada pela visão de mundo, pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante."* Outro linguista, o professor da UnB, Marcos Bagno[2], em sua Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, afirma que "*os recursos disponíveis na língua são ativados essencialmente para a produção de sentido e a interação social."*

---

[1] PETTER, Margarida, in: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos.* São Paulo: Contexto. 2002. p.12.

[2] BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro.* São Paulo: Parábola Editorial. 2011. p.20.

Resumindo e simplificando, o que ambos estão dizendo é que não é possível separar as duas dimensões, a estrutural e a usual da língua, pois, como diz Bagno, "*É do uso que se depreende a gramática, é do discurso que se chega nas regularidades (sempre instáveis e provisórias) da língua.*"

Em síntese: não são as pessoas que servem a uma entidade abstrata, a língua; mas sim, a língua que serve às pessoas.

Modos de pensar a língua

Ao analisar qualquer fato linguístico, estudiosos, linguistas, professores, podem optar por tratar a língua como uma estrutura totalmente autônoma, cujas leis funcionam independentemente da realidade social. Essa perspectiva é chamada de estruturalista. Já, outros, seguirão o caminho da sociolinguística, que compreende a língua como parte das interações sociais e culturais e, sendo assim, influenciada pelas mudanças e variações da sociedade. Nenhuma das duas vertentes tem a verdade absoluta sobre a língua, isso é fato, afinal, trata-se de um fenômeno simbólico, a ser compreendido a partir de perspectivas teóricas. Por isso, o debate precisa ser feito de forma científica, respeitosa, séria, pelo menos, por quem está neste campo de atuação e, como já disse, deseja ir além da pura disputa sobre quem tem razão.

Gênero social e linguístico

A discussão sobre um gênero neutro que se propõe, esbarra nas questões estruturais e, mais ainda, nas sociais envolvendo a língua. Primeiramente, é importante distinguir o gênero social do gênero linguístico, embora seja possível verificarmos relações entre eles em vários casos.

Enquanto para as ciências sociais, gênero, está relacionada a papeis sociais; para as ciências da linguagem, esta noção está relacionada à formação das palavras e não é totalmente dependente das condições da sociedade, embora, também não seja totalmente livre delas.

O gênero, na linguagem, é uma característica inerente à classe dos nomes, que tem como núcleo o substantivo e abrange as demais classes que concordam com o substantivo: os adjetivos, os pronomes, os artigos e alguns numerais.

Em 95,5% dos casos, como indica Bagno (BAGNO, 2011. p.687), as palavras, em português não apresentam nenhum elemento que indique a noção de gênero: luz, sol,

fuzil, árvore, pé, alface, sangue, leite, cadeira, mesa, mar, garfo, colher, lua, assim por diante. Nesses casos, o gênero é arbitrário e convencional, ou seja, é assim, porque a comunidade de falantes da língua decidiu que é, sem maiores explicações. Não há nada nessas palavras ou nos seres que elas nomeiam que justifique elas serem masculinas ou femininas, portanto, não é um processo natural, inerente ou imutável. Tanto é que, em línguas provenientes do latim, ou seja, "parentes" (ou parentas?) do português, como no caso do espanhol, algumas dessas palavras apresentam gêneros diferentes do português, como é o caso dos pares "a árvore / el árbol", "o sangue / la sangre", "o leite / la leche".

A convenção definiu que o gênero de uma palavra, em português, é reconhecido, na verdade, pela relação entre o substantivo e os outros elementos que concordam com ele, sobretudo o artigo. Assim, podemos dizer que a palavra "luz" é masculina, porque admite o uso do artigo masculino "o/um" antes dela.

A situação geralmente causa confusão quando nos referimos ao gênero de palavras que nomeiam seres sexuados, como os animais irracionais e o ser humano, embora, essas palavras sejam apenas 4,5% do nosso léxico. Por exemplo, ao dizer que "homem" é uma palavra masculina, enquanto mulher é uma palavra "feminina" as noções de sexo, gênero social e gênero linguístico se confundem. A rigor, essas palavras não apresentam nenhuma característica morfológica que justifique o gênero atribuído a elas. A classificação, nesses casos, leva em consideração o ser representado. E, mesmo entre as palavras que nomeiam esses seres, a maioria tem apenas uma forma, à qual se atribui um gênero para a palavra independentemente do sexo do ser representado: o tatu, o gorila, a onça, a garça, a borboleta, a sardinha, a cobra, o jabuti, a pantera, o jacaré. Para esses casos, a língua encontrou a solução de colocar, após o nome, os adjetivos "macho" e "fêmea", designando, então, o sexo do ser representado.

A mesma convenção atinge os pronomes "ele", "ela", "eles", "elas", que, na condição de pronomes não aceitam artigos, sendo que o gênero dessas palavras é definido pelo ser que elas representam e por concordância com o substantivo masculino.

Um erro muito comum é atribuírem o gênero feminino a palavras terminadas em "a" e o masculino a palavras terminadas em "o". Isso é um erro porque esses morfemas (elemento formador de palavras) não são desinências (morfemas que indicam variações das palavras), mas sim, vogais temáticas, ou seja, elementos que formam a raiz da palavra, sem relação direta com o gênero. Essa associação sempre

aconteceu e, por causa dela, muitas palavras que hoje conhecemos como masculinas, já foram femininas, por exemplo: planeta, cometa, fantasma e só foram classificadas como masculinas, a partir do século XVI, quando surgiram as primeiras gramáticas da língua portuguesa, considerando sua origem grega. O mesmo ocorre com outras palavras de origem grega: sistema, problema, tema, poema, diploma, sintoma, programa, quilograma. Em outros casos, palavras que tinham outro gênero em sua língua de origem, não tiveram o mesmo tratamento, sendo mantidas em gênero diferente em português, é o caso, por exemplo das palavras “mapa” e “dia”, que em latim eram femininas, mas em português são masculinas. Isso prova que a terminação das palavras não tem nenhuma relação com o gênero que lhes é atribuído e que a atribuição do gênero é arbitrária.

Atualmente, podemos verificar que algumas palavras estão passando por uma fase de mudança de seu gênero, como é o caso de “aguardente”, “alface”, “ferrugem”, “avestruz”, “diabete(s)”, “modelo”, “sabiá”, “soprano” entre outras, que hoje são usadas tanto no masculino, como no feminino.

Toda essa explicação nos mostra que, embora a língua tenha suas regras próprias, que não se modificam de acordo com a vontade de indivíduos ou por força de decretos, leis, manifestos ou outros meios artificiais, tampouco é certo dizer que ela não muda ou que alguma mudança é inviável, afinal, não há nada que impeça a língua de aderir a formas, inclusive que não fazem parte de sua estrutura. Este é o caso, por exemplo, da expressão “testar positivo”, que vem sendo amplamente usada no contexto da pandemia de coronavírus, sem nenhum tipo de resistência por parte de especialistas, nem da sociedade como um todo, nem de nenhum político que se apresente como defensor do patrimônio cultural da nação representado pela língua.

Vejamos: em português, atualmente, o verbo testar é considerado transitivo direto, ou seja, ele pede um complemento, afinal, quem testa, testa algo ou alguém. Por exemplo: “O laboratório está testando a nova vacina.” ou “A nova vacina está sendo testada pelo laboratório.”. Nem sempre foi assim, até a década de 1960, o verbo testar (vindo do inglês *test*) surgiu com o sentido que tem hoje, de submeter a exame. Quando se diz “Ela testou positivo.” ocorre o fenômeno chamado de decalque, que é a tradução literal de um termo de uma língua para outra. Neste caso, usa-se o efeito de um teste como complemento, como se se estivesse dizendo: Fiz o teste e deu positivo. Como vemos, o fato de uma palavra ou expressão não fazer parte da norma culta da língua, não a torna absolutamente inviável, afinal, depende de encontrar uma zona de acolhida na língua e, mais ainda, da eficiência na comunicação. Neste caso, só passou

a ser usada porque a regência verbal não é flutuante e porque nossa sociedade aceita com certa facilidade o decalque (a importação direta de uma forma de outra língua para a nossa) de expressões, especialmente do inglês, como já ocorreu com o uso do gerúndio em “Vamos estar testando.”, que foi um decalque da forma “We will be testing” do inglês que se tornou “moda” no falar cotidiano das pessoas.

Como podemos ver, a estrutura da língua e o uso dela no cotidiano se complementam, um influenciando o outro. Nesse sentido, a discussão sobre a proposta de uma neutralização de gênero apoia-se no uso da língua que reflete uma visão de mundo sexista, que coloca o masculino como o absoluto, o genérico, o natural e o feminino como derivado deste ou, em alguns casos, tem sentidos bem diferentes para palavras dos dois gêneros. Como disse o eminente linguista Sírio Possenti, em uma recente entrevista sobre a questão do gênero neutro para a Rádio e TV Unicamp: “*a sociedade é discriminadora, isso se reflete na língua*” ou seja, se por um lado, é simplista demais dizer que a língua é sexista, por outro, é preciso reconhecer que palavras e modos de dizer refletem perspectivas sexistas, afinal, a língua não é neutra, já que é produzida por seres que também não o seu. Um exemplo disso foi exposto em rede social pela cantora Anitta, que postou um vídeo indignada ao descobrir que, segundo o dicionário, as palavras “patrão” e “patroa” têm significados bem diferentes. Enquanto patrão é o dono, o proprietário de um estabelecimento, o chefe; “patroa” é a esposa do patrão; informalmente, é a esposa de modo geral e, segundo o dicionário Houaiss, é a proprietária de “alguns” estabelecimentos. Por que essa diferença? Porque o fato de mulheres figurarem como proprietárias de algum estabelecimento ou de algum negócio, como é o caso da própria Anitta, sem se submeterem à vontade de um homem é uma novidade bem recente em nossa sociedade. Logo, não é de se espantar que o dicionário registre o que, ainda, é mais comum de se ver, o homem como patrão.

Outro exemplo é o dos pronomes de tratamento “senhor”, “senhorita” e “senhora”; enquanto “senhor” é um tratamento cerimonioso empregado para homens, desde a adolescência, no mínimo; as mulheres, enquanto solteiras, são tratadas como “senhorita”, não importando a idade que tenham, passando a ser “senhoras” apenas quando se casam e passam a ser esposas do senhor, como do patrão.

O mesmo ocorreu, em 2010, quando a então candidata à presidência do país, Dilma Rousseff optou por utilizar o vocábulo “presidenta” para se referir à pessoa dela ao ocupar o cargo máximo do país. Isso levantou uma polêmica que fez surgirem os maiores equívocos por parte de jornalistas, apresentadores de programas, intelectuais

e até professores que proclamavam a tentativa de destruição da língua e a falta de necessidade de se utilizar o termo, já que “presidente” já seria um termo suficiente. Porém, fazendo-se uma pesquisa séria sobre o termo, descobri que o primeiro registro dele em um dicionário de língua portuguesa aconteceu em 1812, em um dicionário de Francês-Português e, posteriormente, inclusive no capítulo LXXX da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas,* de Machado de Assis. Descobri, ainda, que o uso do termo “a presidente” para designar a mulher que ocupa o cargo, só se tornou comum em 1940, ou seja, o termo “presidenta” é mais antigo.

Enfim, naquele momento como agora, há quem se coloque como defensor do patrimônio linguístico da nação, denunciem a suposta tentativa de destruição da cultura entre outros senacionalismos. Essa é uma postura que reforça um senso comum de que a língua é aquele conjunto de regras conhecido como gramática ou norma culta, que é o registro mais padronizado de uma língua, servindo como modelo máximo do que seria correto em uma perspectiva estruturalista. E mesmo que assim fosse, como vimos, em termos de léxico, uma possível mudança pela neutralidade de gênero atingia, de fato, menos de 4,5% de nossas palavras.

Desde a década de 1950, surgiu uma nova forma de compreender a língua e seus fenômenos, sociolinguística, que reconhece a influência da sociedade no funcionamento da língua, tanto em cada ato de comunicação, quanto ao longo da história

Analisando pela perspectiva estruturalista, de fato, não se percebem as relações entre a língua e a sociedade que dela faz uso, mas, insisto em uma questão, para que serve uma língua se não para que as pessoas se comuniquem em sociedade? E se o sentido de “comunicar” é tornar comum, como podemos almejar que as pessoas compartilhem de forma igualitária os diversos contextos de comunicação se a língua expressa uma visão de mundo que privilegia o masculino e mantém o feminino como segundo plano? Então, se a estrutura da língua não é sexista em si, a sociedade que legitima essa estrutura o é, e a discussão sobre o gênero neutro passa exatamente por essa questão.

Como negar que haja uma influência de uma visão de mundo sexista na linguagem se, além dos exemplos já citados, podemos encontrar outros em nosso léxico, como o caso do termo “histeria” e do adjetivo dele derivado, geralmente, reservado a mulheres, já que a própria palavra tem origem no termo “hyster”, que em latim, significava útero, da mesma forma, “hombridade” é uma característica associada aos homens, desde sua origem, enquanto “mulherzinha” é uma palavra que tem a

conotação de fraqueza, covardia ou de uma suposta homossexualidade, também considerada como algo negativo. Claro que os substantivos, como toda a língua, em sua estrutura não são sexistas, são apenas um conjunto de fonemas, morfemas, que formam palavras, frases, texto; porém, essas palavras não surgiram de forma natural, foram criadas por pessoas que viveram em uma determinada época e faziam parte de uma sociedade, com sua cultura. Assim sendo, é inegável que a língua reflete a sociedade discriminadora em que vivemos.

Alega-se que o gênero neutro é inexistente na estrutura da língua, ou inviável, no entanto, ele já existiu na língua latina e na passagem do latim para o português, o neutro acabou se confundindo com o masculino, em alguns casos, e com a formação de substantivos e adjetivos em outros criando um genérico masculino que tem sido tomado como neutro, embora não o seja. É o exemplo de palavras como “todos”, “alunos”, “estudantes” para nomear grupos heterogêneos.

O neutro latino deixou resquícios no português, como os pronomes “isso, isto e aquilo”, que não admitem nenhuma marcação de gênero. Não é coincidência que uma das propostas de uso de pronome neutro seja a forma “ilu”. Ao propor isso, essas pessoas demonstram um conhecimento sobre a estrutura da língua.

De fato, até que essa discussão se abrande e os linguistas (ou as linguistas, por que não?) cheguem a conclusões científicas, o gênero neutro será uma especulação, um ideal, uma proposta para que a sociedade comece a refletir. Não será agora que esse gênero neutro será assumido como parte da norma e, na verdade, nem se sabe se será. Esse é um ponto importante. Isso não acontece da noite para o dia, por decreto, abaixo assinado, por petições na internet ou coisa parecida. Quando uma mudança ou uma novidade é percebida pelos linguistas, ela começa a ser discutida na academia, nos congressos, por meio de artigos, ensaios, teses, nos meios de comunicação, há levantamentos de documentação com o uso das variantes em questão, há pesquisas, comparações, buscas por teorias, propostas de novas teorias, enfim, existem métodos de estudo. Nesse sentido, a discussão sobre gênero neutro ou linguagem não sexista está ainda no começo. É cedo, e, sinceramente, é improdutivo e, em alguns casos, desonesto ficarmos discutindo se é certo, se é errado, feio ou bonito. Não deveria ser essa a discussão, mas sim, sobre o porquê estamos discutindo isso e dessa forma. Quem são as pessoas que estão requerendo isso? Quem são aqueles que tão prontamente querem proibir uma simples forma de expressão, forma de tratamento, uma discussão sobre inclusão?

Na sociedade, ninguém tem que pedir permissão para que uma expressão, palavra ou ideia seja usada nas relações sociais, principalmente, em contextos de informalidade, que são a maioria em nosso dia a dia; isso simplesmente acontece, independente das vontades de quem é a favor ou contra e, até mesmo das opiniões de intelectuais, políticos e de outras personalidades. A partir do momento que um fato linguístico passa a fazer parte de nossas vidas, ele existe. Se o fato de não estar registrado nos livros de gramática, nos instrumentos oficiais de registro da língua fosse o suficiente para que uma palavra ou expressão deixasse de ser utilizada, o que seria da locução pronominal “a gente” amplamente utilizada em nosso cotidiano sem fazer parte da norma culta, o que seria dos jargões, das gírias, dos regionalismos, dos estrangeirismos?

Outra coisa importante é que algumas pessoas têm alegado que está havendo uma tentativa de forçar a mudança. A meu ver, isso está parcialmente certo, pois sim, a mudança de mentalidade da sociedade está sendo “forçada” pela discussão, pela quebra de paradigmas, pelo rompimento com uma mentalidade sexista e antidemocrática, que parece ter dificuldade de ver a população discutindo livremente seus destinos. Não há outra forma de fazer isso, a não ser pela quebra do silêncio, da zona de conforto de quem está na posição de privilégio, que historicamente, fez com que mulheres e pessoas não-hétero e ou não-binárias tivessem que se adequar ou simplesmente desaparecer, como proclamam algumas pessoas. Porém, os tempos são outros, a sociedade está mudando, não há por que nos recusarmos a, pelo menos, refletir sobre isso. A alegação, que vem sendo feita por esses que querem impedir que a discussão seja feita, de que isso seria uma espécie de atentado contra a língua, a cultura, a nação é mais um alarmismo, oportuno e que deixa nítida uma tentativa de silenciar toda e qualquer discussão que confronte os tais valores conservadores. Políticos, legisladores, esses sim têm o poder para impor o seu ponto de vista e a sua vontade e o exercem muito bem, como estão tentando fazer agora, alegando serem porta-vozes da sociedade.

Este é um ponto importante nessa questão: algumas pessoas alegam que o grupo interessado no gênero neutro é uma minoria na sociedade e, por isso, essa mudança seria ilegítima. A pensarmos assim, realmente, não faria sentido nos preocuparmos com o emprego de libras, com a adaptação de materiais didáticos para o braile, com a construção de telefones com letreiros para surdos, com semáforos sonoros para cegos, com rampas para quem tem mobilidade reduzida, afinal, pessoas portadoras de deficiências que exigem essas adaptações também são a minoria. Esse

é um erro de interpretação do sentido da palavra “democracia” como sendo inexoravelmente um regime de imposição da vontade da maioria sobre a minoria. A democracia é a possibilidade do debate, do diálogo, do dissenso, do contraditório. Silenciamento, censura, apagamento não são democracia, é autoritarismo, é elitismo, pedantismo que só tem feito mal à nossa sociedade.

Acha que implementar a linguagem neutra nas escolas seria possível? Trocar alunas e alunos por alunes, por exemplo, não iria na contramão às regras do português? Acredita que a medida seria mesmo eficaz para minimizar o preconceito e acolher os alunos?

Sobre as escolas, nunca se falou em acabar com o masculino e o feminino, nem em neutralizar tudo; nunca se disse que os estudantes passariam a se sentar em “cadeires”, a escrever com “canetes”, a carregarem os materiais em “mochiles”, isso é de uma simplificação que beira ao absurdo e aponta para uma deturpação intencional da discussão, com o intuito de jogar a opinião pública contra as pessoas que propõem o debate. O que se propõem é um tratamento inclusivo para pessoas, seres humanos não-binários e ou grupos heterogêneos. Qualquer outra ideia é fruto de *fake news,* que aliás, não é uma expressão em português, não faz parte de nossa língua e foi perfeitamente incorporada ao nosso vocabulário, sem nenhuma resistência também.

Claro que, por exemplo, existem dúvidas sobre o que se fará com termos como “professores”, que já tem, inclusive a desinência “e”, porém, é um termo masculino, já que recebe diante dele o artigo “os/uns”. Essa é apenas uma das discussões que deverão ser feitas. Outra diz respeito ao uso de artigos, de preposições, de contrações, nenhum estudioso sério vai negar que tudo está aberto nessa discussão. Até mesmo por isso, esta seria uma ótima oportunidade para se desenvolver um trabalho pedagógico nas escolas, de se discutir a língua e suas estruturas, de se discutirem as questões de gênero, de se debater sobre preconceitos, sobre direitos, sobre as funções da língua, sobre questões históricas, culturais, sociais, artísticas, filosóficas. Causa-me muita estranheza a contradição dos discursos: por um lado, vivem a questionar a distância entre o que se ensina nas escolas e a realidade vivida, por outro, negam-se a permitir a mudança falando em tradições, regras, conservadorismo.

Ninguém está propondo que as escolas abandonem o ensino da norma culta, como um dos deputados colocou em seu Projeto de Lei. O que se propõe é ensinar que a língua é uma forma de refletir a sociedade em que vivemos e que é variável. Que

as palavras não são neutras, elas fazem parte das relações sociais. Que, se no passado, masculino e feminino bastavam, hoje, não bastam mais.

Negar que a escola tem o direito e o dever de promover debates como este é negar o que a Constituição Federal preconiza em seu artigo 206 que preconiza que "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; / III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;. Como falarmos em liberdade, em pluralismo de ideias se a cada tentativa de se colocarem esses princípios em prática, governantes e legisladores utilizam-se de seu poder para impedir que a escola cumpra a Constituição?

A Lei de Diretrizes e Bases é nítida quando preconiza em seu Art. 3º incisos IV, X, XI, respectivamente, o respeito à liberdade e apreço à tolerância, a valorização da experiência extra-escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, se é cerceada em seu direito e dever de promover o desenvolvimento pleno do indivíduo, como pessoa, como trabalhador e como cidadão, com uma visão distorcida do que seja educação?

Mesmo os PCNs, utilizado por um dos deputados em sua argumentação para o PL visando a proibir o emprego da linguagem neutra aborda a linguagem pela perspectiva da sociolinguística, como uma

> "herança social, uma "realidade primeira", que, uma vez assimilada, envolve os indivíduos e faz com que as estruturas mentais, emocionais e perceptivas sejam reguladas pelo seu simbolismo.
>
> A compreensão da arbitrariedade da linguagem pode permitir aos alunos a problematização dos modos de "ver a si mesmos e ao mundo", das categorias de pensamento, das classificações que são assimiladas como dados indiscutíveis.
>
> A linguagem permeia o conhecimento e as formas de conhecer, o pensamento e as formas de pensar, a comunicação e os modos de comunicar, a ação e os modos de agir. Ela é a roda inventada, que movimenta o homem e é movimentada pelo homem. Produto e produção cultural, nascida por força das práticas sociais, a linguagem é humana e, tal como o homem, destaca-se pelo seu caráter criativo, contraditório, pluridimensional, múltiplo e singular, a um só tempo.
>
> Não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com um outro, dentro de um espaço social, como, por exemplo, a língua, produto humano e social que organiza e ordena de forma articulada os dados das experiências comuns aos membros de determinada comunidade linguística." (PCNs. 2000. P.5)

Os PCNs valorizam a experiência social da linguagem. Aprovar uma lei que queira proibir o uso de uma forma de expressão apenas por se acreditar que ela seja

imprópria caracteriza um descumprimento da legislação, justamente, por quem deveria zelar por sua aplicação.

Não há nada que infrinja as “regras” do português, uma vez que a norma culta é reconhecida, pelos estudos linguísticos, pelas legislações vigentes e até pelo senso comum da sociedade apenas como uma das possibilidades da língua, uma idealização que não encontra aplicação total em nenhum âmbito, um padrão que se sustenta em uma visão platônica de língua, distante da realidade, mas que ainda tem seu lugar em contextos formais.

Educar linguisticamente significa tornar os estudantes poliglotas na própria língua, capazes de compreender a língua e suas variações e, assim tornar-se aptos a falar, a escrever e a ler textos diversos, em situações diversas, respeitando a linguagem própria de cada situação. Se queremos, de fato, desenvolver o senso crítico de nossas crianças, não será cerceando o direito ao conhecimento que conseguiremos isso.

O exemplo do colégio Liceu Franco-Brasileiro é importante. A escola optou e procurou tornar o processo transparente publicando um comunicado, deixando evidente que a opção por se utilizar a linguagem neutra limitar-se-ia a comunicados, cartazes, sinalizações e não aos instrumentos de ensino, aprendizagem e avaliação. Ou seja, seria apenas uma medida por uma relação social mais inclusiva. Nada seria feita no sentido de forçar o uso por alunos, professores etc. Nenhum direito legal seria ferido. Bastou a intenção de tornar a comunicação mais inclusiva, para que se despertasse toda uma guerra contra a instituição e contra a ideia do gênero neutro, que agora, ocupa o lugar outrora ocupado pelo proclamado e nunca comprovado kit gay, a mamadeira fálica, a doutrinação marxista, a ideologia de gênero e outros fantasmas criados para justificar um processo de criminalização dos professores e das escolas.

Acredita que a medida seria mesmo eficaz para minimizar o preconceito e acolher os alunos?

Sobre a eficácia da medida no combate a preconceitos, não há como prever se isso teria um reflexo imediato nas relações interpessoais e sociais. Porém, entendo que qualquer tentativa de mudança no estado de coisas em que vivemos seja válida, desde que não seja prejudicial aos Direitos Humanos e nem às leis. Neste caso, é exatamente o contrário, buscar formas de incluir pessoas, seja por meio de leis, por meio de

dispositivos objetivos, por meio de mudanças linguísticas, demonstra que há na sociedade o entendimento de que, realmente, todos são iguais e merecem ter suas existências protegidas, ou simplesmente, como gostam de proclamar aqueles que são contrários a quaisquer ações afirmativas: “Todas as vidas importam”. Então, por que simplesmente transformarmos em assombração uma discussão proposta por um grupo que só pede por respeito?

Se o emprego da linguagem neutra, sozinho, não é capaz de mudar a sociedade sexista e transfóbica, sem ela, tampouco a sociedade muda. É claro que somente isso não vai ser suficiente para que o Brasil deixe de ser o país que mais mata pessoas lgbtqia+ no mundo, mas, até quando vamos repetir esses discursos e nada fazer? Eu, como linguista, como professor, como educador gostaria de poder usar o meu trabalho, a minha voz para combater as desigualdades e as discriminações em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que compartilho com os estudantes o conhecimento necessário.

Enfim, aos linguistas cabe se debruçarem sobre o fenômeno e tentar entendê-lo para poder explicá-lo. A sociedade já está discutindo o assunto, a linguagem já vem sendo empregada, inclusive em empresas, por órgãos governamentais, no cotidiano das pessoas, nas redes sociais. Onde isso vai parar? Não sabemos, pode ser uma onda que passa, pode ser uma mudança real. A história nos mostra que várias mudanças acabaram sendo incorporadas à língua e se tornaram tão autênticas e legítimas quanto outras formas de expressão, de tal maneira que ninguém discute seus usos, o caso do Vossa Mercê, que hoje se tornou Você, incorporado à norma culta da língua e “cê” no cotidiano das pessoas; o caso do “tu” e do “vós”, que não são mais usados como prescreve a norma gramatical na maioria do país, essas e outras inúmeras mudanças acontecem na língua todos os dias, sem que ninguém possa impedir. Não faz sentido criar um cavalo de batalha sobre isso com tantas questões mais importantes a serem resolvidas. As pessoas estão apenas pedindo para serem ouvidas, para serem respeitadas. Que mal há nisso? Em que fere a moral, os bons costumes, a soberania nacional, a suposta pureza da língua uma discussão sobre igualdade e inclusão? Ou será que o incômodo é outro?

Professor André Valente.
Bacharel em Letras pela FFLCH-USP, professor de língua portuguesa e literatura, pós-graduando em Estudos Brasileiros pela FESPSP.